



(Força Aérea dos EUA, Sgt William Greer)

Uma enfermeira militar da 25ª Divisão de Infantaria provê segurança do perímetro de uma delegacia de polícia iraquiana, 30 Mar 08, na Província de Tarmiya, Iraque.

Mulheres na Infantaria

Como Entender as Questões de Força Física, Aspectos Econômicos e Coesão de Frações

Cel (Res) Charles E. Rice, Reserva do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA

Em 24 Jan 13, o então Secretário de Defesa Leon Panetta revogou o regulamento de 1994, que proibia a designação de mulheres para Unidades de combate. Panetta citou a “grande coragem e sacrifício” das mulheres no campo de

batalha da atualidade e o objetivo de identificar as “pessoas mais qualificadas e capazes, independentemente de gênero” para cumprir a missão como justificativas para essa mudança¹. Segundo o regulamento anterior, as mulheres não poderiam ser designadas

para Unidades abaixo do valor Brigada cuja missão principal fosse o combate terrestre direto².

Atualmente, apenas 7% dos norte-americanos têm alguma experiência militar direta³. Compreensivelmente, muitos civis, incluindo membros do Congresso dos Estados Unidos da América (EUA), consideram essa questão dentro do contexto da igualdade de oportunidades de emprego, e não da efetividade militar, e dificilmente se darão conta de quaisquer consequências militares negativas⁴. Não existe uma justificativa militar para essa mudança. O que é mais importante: ela será prejudicial ao aprestamento militar e à efetividade de combate. Assim, é preciso que a comunidade militar apure as questões envolvidas e explique, de sua perspectiva, quais serão as ramificações dessa mudança de política ao público norte-americano.

Argumentação Inválida

A primeira justificativa do ex-Secretário de Defesa Leon Panetta para a revogação do regulamento de 1994 se refere à coragem, sacrifício e contribuição das mulheres no campo de batalha da atualidade. Argumenta, em essência, que as mulheres conquistaram o direito de servir nas armas combatentes. Entretanto, servir em situações perigosas não é a questão. Ser o alvo de fogos não qualifica ninguém para ser um militar de infantaria. Ninguém questiona a coragem ou o patriotismo das mulheres que se alistam e se colocam em situações de perigo. Entretanto, essas qualidades, somente, não lhes conferem as habilidades necessárias para servir na infantaria. Para os fins deste artigo, “infantaria” inclui efetivos terrestres, como enfermeiros militares e engenheiros, que acompanhem a infantaria no combate cerrado com o inimigo.

Segundo, Panetta declara que o objetivo de revogar a proibição é assegurar que “a missão seja cumprida com as pessoas mais qualificadas e capazes”⁵. Esse raciocínio também é falho. Se a questão de serem “mais qualificadas e capazes” fosse o verdadeiro teste, Panetta também teria revogado as restrições de idade. Com efeito, homens acima e abaixo dos atuais critérios etários para o alistamento se mostraram aptos em todos os tipos de combate, incluindo menores de idade que foram agraciados com a Medalha de Honra⁶. Pode-se argumentar que há mais homens de 40 anos e meninos de 15 fisicamente aptos a desempenhar as tarefas de um infante que mulheres de 20 anos⁷.

Permitir que as mulheres sirvam na infantaria ou em outras funções de combate direto constitui uma mudança de política com ramificações que vão além do atual conflito. Mudanças como essa trazem implicações para as missões das mulheres na próxima guerra, assim como para a conscrição e sua designação involuntária para funções de combate terrestre. Portanto, qualquer mudança de política como essa precisa ser realizada tendo em vista as guerras do futuro.

Parâmetros dos Conflitos no Amplo Espectro

Os defensores da postura de Panetta asseveram que as mulheres já estão servindo em situações de combate no Afeganistão, como haviam feito no Iraque⁸. Argumentam que, embora as mulheres estejam proibidas de participar do combate ofensivo, a proximidade entre as Unidades de apoio (nas quais podem servir) e as das armas combatentes, aliada ao campo de batalha não linear de hoje em dia, não só as colocou em situações de perigo, como também demonstrou sua capacidade para atuar com êxito no combate⁹. Entretanto, essa visão só se aplica ao atual combate de contrainsurgência.

No Afeganistão, militares do sexo feminino acompanham os do sexo masculino a fim de interagir com os habitantes civis, sendo seu gênero uma vantagem, que utilizam para tranquilizar as mulheres e crianças da população local durante as operações¹⁰. Sua presença preenche uma lacuna significativa em uma estratégia de contrainsurgência que enfatiza proteger e interagir com a população civil. Da mesma forma, as mulheres têm servido nas forças policiais das Forças Armadas, no transporte motorizado e em outras Unidades de apoio que participam de combate armado, ainda que sem “cerrar sobre o inimigo” geralmente¹¹. Embora significativos, esses fatos não estão diretamente correlacionados com os requisitos para os infantes, particularmente em uma guerra no amplo espectro.

Conflito no Amplo Espectro. O parâmetro correto para analisar essa questão é o conflito no amplo espectro, e não o atual combate de contrainsurgência. O combate de contrainsurgência dos últimos 12 anos difere, significativamente, em alcance e forma de condução, da guerra terrestre contra Estados-nação do século XX. Não se quer sugerir com isso que os combates armados

no Afeganistão sejam menos intensos que outros tipos de combate. Na verdade, o conflito no amplo espectro com um Estado-nação inimigo representa um tipo de guerra diferente.

Os objetivos de uma campanha de contrainsurgência diferem dos relacionados a um conflito no amplo espectro. O objetivo estratégico em operações de contrainsurgência é o desenvolvimento de uma efetiva governança por um governo legítimo¹². As operações de contrainsurgência buscam o ambiente estável e seguro necessário para uma efetiva governança, serviços essenciais e desenvolvimento econômico¹³. Assim, são concebidas táticas e operações para desenvolver o governo e infraestrutura locais¹⁴. Em consequência, as tropas norte-americanas têm operado, primordialmente, a partir de posições de infraestrutura fixa, situadas no mesmo local que o objetivo (isto é, a população)¹⁵. Em contrapartida, as operações de combate terrestre de uma Divisão de Infantaria durante a Segunda Guerra Mundial envolveram até 400 dias de combate ofensivo da Itália à França e à Alemanha¹⁶. Essa diferença em alcance e condução é exemplificada, também, pelo número de militares desaparecidos em combate em cada guerra. Mais de 19 mil combatentes terrestres da Segunda Guerra Mundial continuam desaparecidos; no caso da Guerra da Coreia, são mais de 7.500; e, no da Guerra do Vietnã, 1.600. Enquanto isso, apenas um militar foi classificado como “desaparecido-capturado” no Afeganistão¹⁷. A guerra no amplo espectro contra Estados-nação é mais variável e severa que a contrainsurgência.

Da mesma forma que continuamos preparados para um improvável conflito nuclear, é preciso formular políticas de designação de pessoal para a pior das hipóteses, ou seja, uma guerra em larga escala contra um Estado-nação, como a Coreia do Norte ou o Irã (ou crises imprevistas, como a da Ucrânia), no lugar da guerra limitada relacionada a operações de contrainsurgência. Na guerra contra um Estado-nação, precisamos nos preparar para uma conscrição e para operações de combate ofensivo em um ambiente de campanha por longos períodos.

O grupo demográfico ideal. Uma boa política pública requer o uso sensato e prudente de verbas, tempo e meios. Nossas políticas para a designação de efetivos devem ser adequadas aos atuais conflitos e para quando houver urgência, no caso de conscrição para



um conflito no amplo espectro. A menos que estejamos dispostos a incorrer nos custos relacionados à incorporação e avaliação de todo norte-americano para o serviço de infantaria, independentemente de sua condição, é preciso estabelecer alguns parâmetros. Assim, precisamos buscar o grupo demográfico que, mais logicamente, seja o mais apto a obter êxito no campo de batalha de infantaria de um conflito em larga escala. Até agora, comprovou-se que o grupo demográfico ideal para o serviço de infantaria consiste em homens jovens e saudáveis. A questão que ora se debate diz respeito ao grupo demográfico feminino. Entretanto, a argumentação apresentada a seguir não se restringe às mulheres. É igualmente aplicável a outros grupos demográficos, como homens de meia-idade.

Os requisitos físicos do combate de infantaria.

Os requisitos físicos do combate levam os homens aos seus limites. É imperioso compreender esse aspecto fundamental do combate, antes que possamos começar a formular boas políticas de pessoal. De modo geral, os requisitos físicos do serviço de infantaria apresentam dois componentes. O primeiro é o componente de



(CFN dos EUA, CWO2 Paul S. Mancuso)

Militares do CFN, Batalhão de Instrução de Infantaria, Escola de Infantaria—Leste, executam passagem em pista de obstáculos, Camp Geiger, Estado da Carolina do Norte, 04 Out 13. É a primeira companhia da escola com alunas, como parte da coleta de dados sobre o desempenho de fuzileiros navais do sexo feminino nas atuais tarefas e instrução de infantaria.

força, velocidade, resistência e agilidade¹⁸. O segundo é a capacidade de manter essas habilidades físicas durante o estresse catabólico provocado em operações de combate prolongadas¹⁹.

A necessidade de força, velocidade, resistência e agilidade é evidenciada em várias tarefas de combate de infantaria, como escavar trincheiras de combate, movimentar equipamentos pesados, suportar marchas com cargas pesadas e transportar baixas sob ataque²⁰. A capacidade de desempenhar algumas dessas tarefas é calculada pelo teste de condicionamento físico para o combate (*Combat Fitness Test — CFT*), do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, que avalia o levantamento de cargas, a corrida, a manobra sob ataque, o lançamento de granada e a capacidade de carregar equipamentos e baixas²¹.

O Naval Health Research Center analisou 2 mil participantes desse teste. Segundo seu relatório, o fator

gênero teve um impacto significativo no desempenho durante o teste²². Mesmo ao usarem pesados equipamentos de proteção individual (ex.: coletes blindados), os homens (entre 17 e 26 anos de idade, em sua maioria) obtiveram uma pontuação significativamente mais alta que as mulheres (entre 17 e 26 anos, em sua maioria) que não utilizaram tais equipamentos²³. As diferenças de gênero em relação à força da parte superior do corpo ficaram em evidência, posteriormente, quando 55% das recrutas de sexo feminino do CFN dos EUA não conseguiram executar três flexões na barra fixa no final da instrução básica, enquanto o índice de fracasso para os recrutas do sexo masculino foi de 1%²⁴. Esses resultados são condizentes com o fato de que os homens têm mais massa muscular que as mulheres, com 50% mais força na parte superior do corpo e um terço a mais na parte inferior do corpo²⁵.

Segundo, ao longo de um período de operações de combate continuadas, os infantem suportam a fadiga, a privação de sono, elevados gastos calóricos e extremos ambientais. Esses fatores geram um estresse catabólico no corpo que resulta em perda muscular²⁶. Além das funções relacionadas ao combate, o infante da atualidade deve estar preparado para transportar uma carga de combate acima de 90 libras (cerca de 41 kg)²⁷. Conforme observou o renomado historiador de combate, Cel S.L.A. Marshall: “No campo de batalha, o homem não é apenas um animal pensante, é um burro de carga [...] [cuja] função principal na guerra não começa até o momento em que ele entrega aquela carga ao terreno designado”²⁸. Com o tempo, os estressores de combate afetam o corpo.

Alguns argumentam que o maior desempenho atlético das mulheres é um indicio de sua capacidade física para o combate terrestre²⁹. Entretanto, a finalidade do treinamento físico é estabelecer um nível básico de condicionamento e criar uma reserva de força para o combate³⁰. O constante esforço físico e a tensão do combate esgotam essa reserva, levando à perda de massa muscular e força³¹. Isso corresponde à experiência, frequentemente citada, da Cap Ten Katie Petronio como oficial de engenharia do CFN dos EUA no Afeganistão.

Embora houvesse sido atleta universitária, o trabalho com cargas pesadas e o ritmo operacional contínuo que ela vivenciou no Iraque e no Afeganistão afetaram seu corpo³². Acabou sofrendo de compressão na coluna e atrofia muscular a uma taxa mais elevada

que seus companheiros de arma do sexo masculino³³. A Cap Ten Petronio concluiu: “Posso dizer com 100% de segurança que, apesar de minhas conquistas, não teria tido condições de suportar as demandas físicas impostas aos militares de infantaria junto aos quais trabalhei [...]”³⁴. Sua afirmação condiz com estudos que demonstram que as mulheres sofrem maior risco de fraturas de estresse provocadas pelo esforço físico de longo prazo relacionado ao transporte de cargas de combate³⁵. Também está correlacionado com um estudo do Exército dos EUA que mostra que o índice de lesões para as mulheres na Instrução Básica de Combate é de 50%, em comparação a apenas 25% com respeito aos homens³⁶. Da mesma forma, desde que passaram a exigir que as recrutas do sexo feminino recebam instrução de combate, em 1983, sua taxa de desistência na instrução básica do CFN dos EUA aumentou para quase o dobro da observada entre os recrutas do sexo masculino³⁷.

Aspectos Econômicos

O fato de os testes militares revelarem uma diferença física entre homens e mulheres, especialmente com respeito à força da parte superior do corpo, não é algo novo³⁸. A maioria dos defensores da inclusão de mulheres na infantaria reconhece as diferenças em força física, mas aponta que nem todos os homens são fisicamente aptos ao combate tampouco. Sustentam que, caso uma mulher seja fisicamente capaz, devem permitir-lhe que sirva em uma Unidade de infantaria³⁹. Entretanto, afirmar que nem todos os homens estão aptos a servir em funções de combate terrestre não é a questão. Há homens que, do ponto de vista médico, não estão aptos nem mesmo para o serviço militar geral. Além disso, os requisitos médicos básicos para a incorporação de um homem no Exército não diferenciam entre funções de infantaria ou as demais⁴⁰. Historicamente, um homem seria considerado apto ao serviço de infantaria caso fosse aprovado na avaliação física inicial de incorporação⁴¹. Entretanto, supondo que algumas mulheres consigam passar nos testes de avaliação física para o serviço de infantaria, essa iniciativa teria um custo proibitivo em termos econômicos.

Os custos para testar e avaliar todas as mulheres que queiram ingressar na infantaria não seriam insignificantes. Em 2008, o Exército informou que o custo para treinar um militar das armas combatentes fica acima

de US\$ 50 mil⁴². Em uma pesquisa recente, apenas 7,5% das militares do sexo feminino manifestaram interesse em serem transferidas para uma função de combate⁴³. Embora pareça pequena, essa porcentagem representa aproximadamente 12.750 efetivos a serem processados e avaliados a um custo significativo.

Desde setembro de 2013, o CFN dos EUA aceitou 17 mulheres para o Curso de Oficial de Infantaria, com duração de 13 semanas. Treze mulheres não passaram no teste de avaliação física inicial do primeiro dia, enquanto uma outra, que passou no teste, desistiu do curso na semana seguinte, em virtude de uma fratura de estresse no pé⁴⁴. Desde então, apenas três mulheres passaram no teste de avaliação física inicial, mas nenhuma delas conseguiu concluir o curso. Sem dúvida, o Curso de Oficial de Infantaria é fisicamente exigente e, embora nem todos os homens consigam concluí-lo, mais de 75% deles têm êxito⁴⁵.

Quando se calcula o custo do treinamento de infantaria por cada candidata do sexo feminino e a provável taxa de sucesso para esse grupo demográfico, constata-se que é um processo de custo proibitivo. Essa falha no plano de Panetta fica ainda mais evidente quando aplicada à conscrição para uma próxima guerra no amplo espectro.

Conscrição

O propósito do recrutamento militar é a rápida mobilização de uma grande quantidade de tropas combatentes⁴⁶. A conscrição, ou recrutamento para o serviço obrigatório, é, intencionalmente, direcionada ao segmento da população mais adequado aos seus fins. Atualmente, esse grupo demográfico consiste em homens entre 18 e 26 anos de idade [que ainda hoje são obrigados a cadastrar-se, caso venha a ser necessário restabelecer a conscrição, ainda que, atualmente, a Força seja composta, totalmente, por voluntários — N. do T.]⁴⁷. Apesar do nome, o Sistema de Serviço “Seletivo” para o caso de conscrição abrange um grupo demográfico inteiro, cujos integrantes poderão, então, ser excluídos por uma boa razão⁴⁸. A menos que se mostrem inaptos, por razões médicas, presume-se que todos os integrantes de um grupo demográfico sejam aptos ao serviço de combate de infantaria⁴⁹.

Ao permitir que mulheres sirvam na infantaria, a fundamentação jurídica para a conscrição exclusivamente de homens se desintegra, sujeitando-as, assim, ao serviço militar obrigatório [caso venha a ser



(CFN dos EUA, Sgt Tyler L. Main)

Alunas do CFN dos EUA executam exercícios de tiro, 26 Set 13, Camp Geiger, Estado da Carolina do Norte. As alunas integram a primeira companhia do Batalhão de Instrução de Infantaria a admitir mulheres como parte da pesquisa sobre sua inclusão em funções ligadas ao combate.

reinstituído em uma situação de crise ou guerra — N. do T.]⁵⁰. Em 1981, o Supremo Tribunal Federal dos EUA julgou o caso de *Roster versus Goldberg*. Como agora, a lei exigia que apenas os homens se cadastrassem para o [possível] serviço militar obrigatório. Goldberg contestou a lei de cadastramento só para homens, argumentando sua inconstitucionalidade, por se tratar de uma discriminação com base em gênero. Entretanto, ao preservar a lei, o Tribunal argumentou que, sendo o objetivo declarado do Congresso para instaurar o recrutamento para o serviço obrigatório o de mobilizar “tropas combatentes” e sendo as mulheres isentas por lei de servir em combate, estaria no poder deste último impor a obrigatoriedade do alistamento só para homens, com base em sua autoridade para regular as Forças Armadas⁵¹. Se as armas combatentes forem abertas às mulheres, o Congresso será obrigado a tratar da questão de sua convocação ao serviço militar.

A inclusão de mulheres no universo de efetivos conscritos gera problemas jurídicos e fiscais. Se permitirem que elas sirvam nas tropas combatentes, o Congresso poderia convocar apenas os homens? Em caso negativo, terão de convocar a mesma quantidade de homens e mulheres? O Congresso poderá conceder às conscritas a opção de se oferecer para servir na infantaria, sem poder disponibilizar essa mesma possibilidade de escolha aos homens? Como será possível

avaliar as convocadas para o serviço obrigatório em combate sem incorporar e avaliar todas as mulheres no grupo demográfico?

Caso sejam convocadas em grandes quantidades, será prudente investir tempo e recursos para cadastrá-las, incorporá-las e processá-las para o serviço como combatentes se, conforme demonstrado anteriormente, a grande maioria não for fisicamente apta a isso? Em 1968, durante a Guerra do Vietnã, foram convocados 296 mil homens⁵². Não teria sido uma boa política fiscal convocar nem a metade desse número em mulheres. Mesmo em tempo de paz, o recrutamento chegou a ultrapassar 130 mil convocados⁵³. Em 1980, o Congresso estimou em US\$ 8,5 milhões o custo para o cadastramento de mulheres (valor de 1980)⁵⁴. Caso alguma futura circunstância nos obrigue a reinstaurar o serviço militar obrigatório, é provável que o tempo também seja um fator crucial. Não poderemos nos dar ao luxo de esperar que a questão seja debatida pelo legislativo ou decidida pelos tribunais. É preciso enfrentá-la agora.

Coesão de Frações: o Fator “Irmãos de Guerra”

A coesão de frações — o fator “Irmãos de Guerra” — é, quiçá, o componente menos compreendido, mas o mais importante, da efetividade

do combate tático. Entretanto, a maioria dos norte-americanos nunca ouviu falar dele, e muito menos o entende. A importância da coesão no combate deve ser compreendida como um fator nesta discussão, que não deve ser subestimado.

Alguns defensores da inclusão de mulheres na infantaria rejeitam completamente a importância do fator “Irmãos de Guerra.” Argumentam que os grupos se unem em função de seu compromisso para com a tarefa, e não do relacionamento entre os integrantes da Unidade⁵⁵. Entretanto, essa visão não leva em consideração a questão essencial e determinante levantada pela coesão da unidade de infantaria: por que os homens combatem?

William Manchester descreveu sua experiência em Okinawa em 1945 da seguinte forma: “Os homens [...] não lutam pela bandeira ou pelo país, pelo Corpo de Fuzileiros Navais ou pela glória ou por nenhuma outra abstração. Lutam uns pelos outros”⁵⁶. O renomado historiador de combate S.L.A. Marshall observou: “Homens que participaram do combate sabem, de primeira mão, que, quando as coisas vão mal, um homem luta para ajudar o homem ao seu lado”⁵⁷. Em seu livro *Cohesion: The Human Element in Combat* (“Coesão: O Elemento Humano em Combate”, em tradução livre), William Henderson argumenta que a coesão de fração é “a única força capaz de fazer com que os soldados se exponham persistentemente ao fogo inimigo” e torne “todos os integrantes capazes de arriscar a morte para atingir um objetivo comum”⁵⁸. A coesão no combate é um componente essencial do êxito no campo de batalha. Antes de inserir a dinâmica ligada à introdução de jovens mulheres nesse relacionamento, é preciso analisar seus possíveis efeitos.

Talvez elas possam ser assimiladas nas Unidades de infantaria sem abalar a coesão. Contudo, é necessário avaliar os possíveis efeitos dessa mudança à luz de nosso entendimento comum sobre o relacionamento entre

jovens homens e mulheres. Nos relacionamentos interpessoais, os jovens militares se comportam, de modo geral, como seus colegas civis⁵⁹.

Poucos membros do Congresso têm experiência militar⁶⁰. Antes de adentrarem o desconhecido território dessa mudança proposta, é preciso que os legisladores e formuladores de políticas obtenham um entendimento sobre a coesão em combate, o qual deve ser fornecido pelos veteranos de guerra. Caso contrário, é provável que esse componente essencial do êxito no campo de batalha seja categoricamente descartado.

Conclusão

Os formuladores de políticas sensatos considerarão o futuro, além dos conflitos da atualidade. Não existe uma razão militar para a política de Panetta, e é equivocado apoiar-se no atual combate de contrainsurgência, em lugar do conflito no amplo espectro, para analisar a questão. O combate de infantaria, especialmente em um conflito de larga escala, é uma provação física extremamente árdua. O grupo demográfico ideal para esse empreendimento consiste em homens jovens e saudáveis. De modo geral, as mulheres não demonstram ser aptas, do ponto de vista médico, para o combate terrestre prolongado. Assim, o custo de recrutar e instruir mulheres para ocupações de infantaria é proibitivo. Além disso, permitir mulheres na infantaria estabelece as condições legais para seu alistamento obrigatório, com todas as respectivas questões jurídicas e econômicas. É preciso analisar se a introdução das mulheres na infantaria prejudicará a coesão da Unidade pelo prisma de nossa experiência humana comum e à luz do parecer dos veteranos de guerra, que podem atestar a natureza e a necessidade de coesão para o êxito no combate.

Essas são as questões militares envolvidas na diretriz do [ex-]Secretário de Defesa, Leon Panetta. Cabe aos militares com conhecimentos e experiência se envolverem nesse debate para informar o povo norte-americano. ■

O Cel (Res) Charles E. Rice, da Reserva do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, possui os títulos de bacharel em Ciência Política pela University of Texas-Arlington e de doutor em jurisprudência pela St. Mary's University School of Law, San Antonio, Estado do Texas. Em sua última missão na Ativa, atuou como oficial de ligação da seção de operações (G-3) da 1ª Força Expedicionária do Corpo de Fuzileiros Navais, no Iraque, de 2004 a 2005. É advogado em Abilene, Texas.

Referências

1. Department of Defense (DOD) News Release 037-13, "Defense Department Rescinds Direct Combat Exclusion Rule; Services to Expand Integration of Women into Previously Restricted Occupations and Units", U.S. DOD website, 24 Jan. 2013, <http://www.defense.gov/Releases/Release.aspx?ReleaseID=15784> (acesso em 13 Nov. 2014).
2. Les Aspin, *Direct Combat Definition and Assignment Rule*, Memorandum from the Secretary of Defense, 13 Jan. 1994.
3. U.S. Department of Commerce, U.S. Census Bureau News, CB-12-FF.21, 11 Oct. 2012, https://www.census.gov/newsroom/releases/archives/facts_for_features_special_editions/cb12-ff21.html (acesso em 12 jan. 2015). Cerca de 21,5 milhões de norte-americanos são ex-militares; *War and Sacrifice in the Post-9/11 Era, The Military-Civilian Gap* (Washington, DC: Pew Research Center, 05 October 2011), p. 8, <http://www.pewsocialtrends.org/2011/10/05/war-and-sacrifice-in-the-post-911-era/> (acesso em 17 nov. 2014). Durante essa década de conflito prolongado, apenas cerca de 0,5% do público norte-americano serviu na Ativa em qualquer dado momento; Drew Desilver, "Most Members of Congress Have Little Direct Military Experience", Pew Research Center Fact Bank, 4 Sept. 2013, <http://www.pewresearch.org/fact-tank/2013/09/04/members-of-congress-have-little-direct-military-experience/> (acesso em 17 nov. 2014). Em 2010, os veteranos representavam apenas 7% da população norte-americana.
4. David Lerman, "U.S. Military Vows to Put Women in Combat Roles by 2016", *Bloomberg News*, 24 Jul. 2013, <http://www.bloomberg.com/news/2013-07-24/u-s-military-vows-to-put-women-in-combat-roles-by-2016.html> (acesso em 13 nov. 2014). Ao discutir a abertura de mais funções de combate às mulheres, a parlamentar Loretta Sanchez, do partido democrático, descreveu-a como proporcionar oportunidades iguais às mulheres. Declarou: "Estou muito animada em levar isso adiante [...] O desempenho em combate é uma questão importante, quando as pessoas estão considerando avançar em todas essas organizações".
5. DOD News Release 037-13.
6. Valerie J. Nelson, "Youngest Marine to Get Medal of Honor", *Los Angeles Times*, 06 Jun. 2008, <http://articles.latimes.com/2008/jun/06/local/me-lucas6> (acesso em 17 nov. 2014). O fuzileiro naval Jack Lucas se alistou com 14 anos de idade para lutar na Segunda Guerra Mundial e recebeu a Medalha de Honra por ações em Iwo Jima seis dias depois de completar 17 anos, Veterans of Underage Military Service, "Were You a 'Kid' in the Military?" <http://www.oldvums.org/> (acesso em 17 nov. 2014). Calvin Graham, da Marinha, foi agraciado com as medalhas *Bronze Star* e *Purple Heart* com 12 anos de idade durante a Segunda Guerra Mundial. A organização Veterans of Underage Military Service publicou cinco volumes de relatos de menores de idade que serviram durante a Segunda Guerra Mundial, Guerra da Coreia e Guerra do Vietnã.
7. U.S. Department of the Navy, "Marine Corps Physical Fitness Program", *Marine Corps Order* 1600.13, 1 Aug. 2008, <http://www.marines.mil/Portals/59/Publications/MCO%206100.13%20WCH%201.pdf> (acesso em 12 Jan. 2015), p. 3-8. Os critérios de teste para homens acima da idade de 46 anos são mais difíceis que o das mulheres entre 17 e 26 anos de idade. "Os critérios para passar no CFT resultaram de uma grande quantidade de testes de uma ampla população de amostra, representando todos os grupos demográficos que compõe a Força Total do Corpo de Fuzileiros Navais".
8. Chris e Jeannette Haynie, "Marines or Marines*?" *Proceedings* 138, no. 11 (Nov. 2012): p. 47; Amy McGrath, "Women in Combat", *Marine Corps Gazette* 96, no. 11 (Nov. 2012): p. 47; Megan H. MacKenzie, "Let Women Fight", *Foreign Affairs* 91, no. 6 (Nov./Dec. 2012): p. 34.
9. Haynie e Haynie, p. 47.
10. McGrath, p. 47; MacKenzie, p. 34.
11. Margaret C. Harrell et al., *Assessing the Assignment Policy for Army Women* (Santa Monica, CA: RAND Corporation, National Defense Research Institute, 2007), p. 34.
12. Field Manual (FM) 3-24, *Insurgencies and Countering Insurgencies*, (Washington, DC: U.S. Government Printing Office [GPO], 2006), p. 21.
13. *Ibid.*, p. 23.
14. *Ibid.*, p. 18.
15. Donovan Campbell, *Joker One* (New York: Random House, 2010), p. 92.
16. U.S. Army Center of Military History, "Combat Chronicles of U.S. Army Divisions in WWII" <http://www.history.army.mil/html/forestruc/cbctchron/cc/036id.htm> (acesso em 15 nov. 2014). Durante a Segunda Guerra Mundial, a 36ª Divisão dos EUA conduziu 400 dias de combate em cinco campanhas, de abril de 1943 a abril de 1945.
17. Defense Prisoner of War and Missing Personnel Office, www.dtic.mil/dpmo, (acesso em 15 nov. 2014). Os números relativos à Segunda Guerra Mundial se referem às tropas terrestres do Exército dos EUA e efetivos do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA e não incluem efetivos da Aviação do Exército ou da Marinha; Cheryl Pellerin, "Obama, Parents Give Thanks for Bergdahl's Freedom", *Department of Defense News*, 31 May 2014 <http://www.defense.gov/news/newsarticle.aspx?id=122377> (acesso em 17 Nov. 2014). O Sgt Bowe Bergdahl foi o único militar norte-americano a ser mantido como prisioneiro no Afeganistão de que se tem conhecimento.
18. U.S. Marine Corps, MARADMIN no. 579/06, Announcement of the USMC Concept for Functional Fitness, 12 Dec. 2006, <http://www.marines.mil/News/Messages/MessagesDisplay/tabid/13286/Article/117858/announcement-of-the-usmc-concept-for-functional-fitness.aspx> (acesso em 12 Jan. 2015).
19. Henning, Park e Kim, "Physiological Decrements During Sustained Military Operational Stress", *Military Medicine* 176(9)(Sept. 2011): p. 991-992.
20. Ross. R. Vickers Jr., *Physical Abilities and Military Task Performance: A Replication and Extension*, Document No. 09-30, (San Diego, CA: Naval Health Research Center, 9 June 2009), p. 4-5; North Atlantic Treaty Organization, *Optimizing Operational Physical Fitness*, (Research and Technology Organisation [sic], January, 2009), p. 2-5.
21. Marine Corps Order 1600.13.
22. Vickers, Reynolds, e McGuire, *Body Mass Bias in a Combat Fitness Test*, Document No. 11-20 (San Diego, CA: Naval Health Research Center, 7 Feb. 2011): p. 6.
23. *Ibid.*, p. 34-35.
24. Tom Bowman, "Marines: Most Female Recruits Don't Meet New Pull-up Standard", *National Public Radio*, 27 Dec. 2013, <http://>

www.npr.org/2013/12/27/257363943/marines-most-female-recruits-dont-meet-new-pullup-standard (acesso em 16 nov. 2014).

25. North Atlantic Treaty Organization, *Optimizing Operational Physical Fitness*, January 2009, p. 7-9, <http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.dtic.mil%2Fcgi-bin%2FGetTRDoc%3FAD%3DADA502544&ei=cyy0VMaNOomlgwSX9oOgDA&usq=AFQjCNGsJEBRfT2ccqX2zyGspdolZ8LuQ> (acesso em 12 jan. 2015); Miller et al., "Gender Differences in Strength and Muscle Fiber Characteristics", *European Journal of Applied Physiology and Applied Occupational Physiology* 66, (1993): p. 254, <http://link.springer.com/article/10.1007%2FBF00235103#page-1> (acesso em 16 nov. 2014). As mulheres apresentavam cerca de 52% e 66% da força dos homens nas partes superior e inferior do corpo, respectivamente. Os homens também são mais fortes com respeito à massa muscular.

26. Henning, Park, and Kim, 991-992.

27. Kimberly Johnson, "Downside of Full Combat Load Examined", *Marine Corps Times*, 22 Jan. 2008, <http://www.marinecorpstimes.com/article/20080122/NEWS/801220310/Downside-full-combat-load-examined> (acesso em 16 nov. 2014).

28. S.L.A. Marshall, *The Soldier's Load and the Mobility of a Nation* (Quantico, VA: Marine Corps Association, 1980), p. 7.

29. Haynie e Haynie, p. 49.

30. Marine Corps Order 1600.13, p. 1.

31. Henning, Park e Kim, p. 991-992.

32. Katie Petronio, "Get Over It! We Are Not All Created Equal", *Marine Corps Gazette* 96(7)(July 2012): p. 30-31.

33. Ibid.

34. Ibid.

35. Springer e Ross, *Musculoskeletal Injuries in Military Women* (Ft. Detrick, MD: Office of the Surgeon General, Borden Institute, 2011), p. 6-7.

36. Ibid., p. 3.

37. Aline O. Quester, *Marine Corps Recruits: A Historical Look at Accessions and Boot Camp Performance* (CNA Analysis and Solutions, September 2010): p. 6, <http://www.cna.org/sites/default/files/research/D0023537.A1.pdf> (acesso em 12 jan. 2015).

38. Anne W. Chapman, *Mixed-Gender Basic Training—The U.S. Army Experience, 1973-2004* (Fort Monroe, VA: US Army Training and Doctrine Command, 2008), p. 17-18.

39. Haynie and Haynie, p. 49; McGrath, p. 48; MacKenzie, p. 36-37.

40. Army Regulation 40-501, *Standards of Medical Fitness* (Washington, DC: U.S. GPO, 14 Dec. 2007): p. 2-3.

41. Bernard D. Karpinos, Ph.D., *Qualification of American Youth for Military Service* (Medical Statistics Division, Office of the Surgeon General, Department of the Army, 1962), p. 7-8, <http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=4&ved=0CCwQFjAD&url=http%3A%2F%2Fwww.dtic.mil%2Fcgi-bin%2FGetTRDoc%3FLocation%3DUJ2%26doc%3DGetTRDoc.pdf%26AD%3DAD0665459&ei=5TK0VKi=-HlqYNqelhKAH&usq=AFQjCNFE7Mlh4nZRqG2jmyL8PQHl2UT3qw> (acesso em 12 jan. 2015).

42. Bob McIlvane, "Warrior Adventure Quest Helps Soldiers Return to Normalcy", *American Forces Press Service*, DOD News Online, 1 Oct. 2008, <http://www.defense.gov/news/newsarticle.aspx?id=51348> (acesso em 16 nov. 2014). O custo de treinar um militar das armas combatentes é de US\$ 54 mil; Benchmarking Attrition—What Can We Learn from Other Industries? (Washington,

DC: American Institutes for Research, September, 2012), p. 1, <http://www.deltacostproject.org/sites/default/files/products/Delta-Cost-Benchmarking-Attrition.pdf> (acesso em 12 jan. 2015). O custo de recrutamento é de cerca de US\$ 11 mil por recruta, mais US\$ 35 mil para a instrução básica.

43. Lolita C. Baldor, "Few Army Women Want Combat Jobs", *Associated Press*, 25 Feb. 2014, <http://bigstory.ap.org/article/ap-exclusive-few-army-women-want-combat-jobs> (acesso em 16 nov. 2014).

44. Dan Lamothe, "Grunt School Test", *Marine Times*, 15 Jul. 2013.

45. Hope Hodge Seck, "Four More Women Drop Out of Marine Infantry Officer Course", *Marine Times*, 10 Jan. 2014, <http://www.marinecorpstimes.com/article/20140110/NEWS/301100023/> (acesso em 17 nov. 2014); Hope Hodge Seck, "Three Women Dropped from Marines' Infantry Officer Course Will Not Reattempt", *Marine Times*, 29 Oct. 2014, <http://www.marinecorpstimes.com/story/military/2014/10/28/three-women-dropped-from-marines-infantry-officer-course-will-not-reattempt/18073157/> (acesso em 17 Nov. 2014).

46. *Rostker v. Goldberg*, 453 U.S. 57 (1981). O Supremo Tribunal Federal dos EUA confirmou a constitucionalidade da convocação de homens exclusivamente, uma vez que seu propósito é arregar tropas combatentes, e o Congresso excluía as mulheres do combate.

47. Title 50 U.S. Code § p. 453.

48. Gertrude E. Johnson, "Manpower Selection and the Preventive Medicine Program", *Preventive Medicine in WWII, III* (Washington DC: Office of the Surgeon General, Department of the Army, 1955), p. 9, <http://history.amedd.army.mil/booksdocs/wwii/PrsnlHlthMsr/chapter1.htm> (acesso em 16 nov. 2014).

49. Karpinos, p. 7.

50. *Rostker v. Goldberg*.

51. Ibid.

52. "History and Records", *U.S. Selective Service System*, www.sss.gov/induct.htm (acesso em 17 nov. 2014).

53. Ibid. A conscrição em tempo de paz de 1957 incorporou 138 mil.

54. *Rostker v. Goldberg*.

55. MacKenzie, p. 39.

56. William Manchester, *Goodbye, Darkness* (Boston, MA: Little, Brown & Co., 2002), p. 391.

57. S.L.A. Marshall, *Men Against Fire* (Gloucester, MA: Peter Smith, 1978), p. 161.

58. William Darryl Henderson, *Cohesion: The Human Element in Combat* (Washington, DC: National Defense University Press, 1985), p. 4.

59. Christina Silva, "Navy Seeks to Combat High Rate of Unplanned Pregnancies", *Stars and Stripes*, 7 Jan. 2013, <http://www.stripes.com/news/navy-seeks-to-combat-high-rate-of-unplanned-pregnancies-1.203122?localLinksEnabled=false> (acesso em 17 nov. 2014).

A Marinha vem tentando lidar com um índice de 74% de gravidez não planejada (25% acima da média nacional); Belmont, Goodman e Waterman, "Disease and Non-battle Injuries Sustained by a U.S. Army Brigade Combat Team During Operation Iraqi Freedom", *Military Medicine* 175, no. 7 (July 2010): p. 474. Durante suas operações na escalada de tropas no Iraque, uma brigada de combate do Exército efetuou a evacuação médica de 10,8 de suas mulheres do teatro de operações devido a condições relacionadas à reprodução, sendo 74% baseadas em gravidez.

60. Desilver. Apenas 20% dos membros do Congresso dos EUA são ex-militares, em comparação a 77% em 1978.